

Disputas discursivas na mídia: A cobertura dos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo sobre gênero e diversidade sexual nos planos de educação

Juliana Inez Luiz de Souza¹

Maria Cecília Eduardo²

222

Resumo: A pesquisa analisa as disputas discursivas presentes na cobertura jornalística dos sites da Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo sobre gênero e diversidade sexual nos planos de educação. A pergunta central é: como os enquadramentos nos sites dos jornais conotam o posicionamento destas instituições e as disputas discursivas a respeito das temáticas nos planos? Para respondê-la, fizemos a Análise de Conteúdo das produções, como base para a Análise de Enquadramento na perspectiva cultural, que denominamos de Análise das Disputas Discursivas. Os resultados forneceram uma amostra das disputas presentes na sociedade brasileira atual. Constatou-se que mesmo os conteúdos dos jornais expressando tensões entre a mobilização de discursos hegemônicos e novos enquadramentos de resistência, privilegiaram a visão contrária à inclusão das temáticas nos planos, destacando personagens, agentes e enquadres políticos ‘contrários’.

¹ Mestra e Doutoranda em Ciência Política pela UFPR. Graduada em Bacharelado em Artes Cênicas pela Faculdade de Artes do Paraná (FAP). Integrante do grupo de pesquisa MidiaCulturas, poder e sociedade da UFPR. Especialista nos temas: gênero, diversidade sexual e política. E-mail: , jils@ufpr.br.

² Mestra e Doutoranda em Ciência Política pela UFPR. Graduada em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional. Pesquisadora voluntária do Laboratório de Análise dos Partidos Políticos e Sistemas Partidários (LAPeS) e do Laboratório de Análise de Redes (LAR). Especialista nos temas: financiamento de campanha, gênero e política. E-mail: mariaceciliaedu@ufpr.br.

Palavras-chave: Disputa discursiva; Gênero; Diversidade Sexual; Educação; Enquadramento.

Introdução

A participação dos meios de comunicação na divulgação de informações, debate de opiniões, construção de vieses e enquadramentos, tem papel importante na possibilidade de mudar a realidade marcada por desigualdades. Ao apresentar as disputas pelo reconhecimento da diversidade e identidades na sociedade, a esfera pública midiática pode cumprir seu papel permitindo que a relação entre a comunicação, política e sociedade aconteçam. Não como uma instituição acima das interações sociais, mas como participante do jogo interativo de disputas discursivas (conflitos por poder inscritos nos recursos comunicacionais e mobilizados pelos diversos grupos para atingir suas metas), em que parte reflete-o, e em parte atua sobre ele.

223

Nesta lógica, este artigo tem como objeto as disputas discursivas presentes na cobertura jornalística feita pela Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo em seus sites sobre as questões de gênero e diversidade sexual (DS) a partir dos planos de educação (PE's). Escolhido por ser um fenômeno político que aconteceu dentro e fora do Estado ao mobilizar mídia, sociedade e o processo de construção e aprovação de uma política pública. O intuito é debater questões de poder da luta por reconhecimento e identidade na educação por esta ser uma política de Estado relacionada ao desenvolvimento da sociedade “criando programas para diminuir os índices de pobreza, desigualdade e desemprego” (SILVA IB; SILVA EF, 2006, p. 21 e 22), na tentativa de minimizar e solucionar as exclusões sociais.

As disputas sobre as políticas de educação permeiam todo o histórico dos PEs com muitos conflitos entre a sociedade civil e a esfera política (SILVA IB; SILVA EF, 2006). De 2009 a 2018³, as maiores polêmicas recaíram sobre as questões de

³ Os debates se iniciam no primeiro semestre de 2009, nas etapas preparatórias da CONAE 2010 (conferências municipais, intermunicipais, distrital e estaduais de Educação, organizadas e planejadas pelo MEC e conferências livres organizadas pelos movimentos sociais e outras instituições em parceria com as Secretarias de Educação de diversos âmbitos), em que grande parte das emendas apresentadas e debatidas para o 'Documento-Referência', está relacionada às questões de gênero e de diversidade sexual no âmbito escolar. Estes debates permaneceram e também se repetiram na CONAE 2010, nas conferências preparatórias para a CONAE 2014 e na mesma (2013-2014), dos

gênero e DS, a respeito de pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diversas (LGBT) no ambiente escolar. Estas polêmicas ocuparam o centro das controvérsias midiáticas dos planos em vigência (Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, Planos Estaduais e Municipais de Educação – PEE’s e PME’s 2015/6-2025/6). Este acontecimento ganhou visibilidade no Brasil tornando-se um ‘evento notório’ e serviu para a escolha do objeto, possibilitando a coleta de uma significativa amostra de *frame* (VIMIEIRO, 2010). Nitidamente ocorreu uma polarização, alimentando a controvérsia entre os campos a favor e contra os temas, fenômeno que justifica e desvela a necessidade de estudos sobre o processo de disputas na esfera pública de reconhecimento da pluralidade da sociedade, sua interface com a mídia e a importância de serem pautados no sistema de ensino. A esfera pública midiática se oferece como ambiente privilegiado para observar as disputas discursivas e para análise da sua própria atuação no processo. Valorizar as imbricadas relações entre mídia, política e sociedade nos permite indicar o atual estágio das disputas discursivas sobre ‘gênero e diversidade’.

224

A pergunta que orienta a análise é: como os enquadramentos nos sites dos jornais conotam as disputas discursivas a respeito das questões de gênero e DS nos PEs? O objetivo geral é analisar os *frames* presentes na cobertura jornalística e verificar as disputas discursivas a respeito das temáticas nos planos. Onde há tentativa de construção hegemônica há também resistência contra hegemônica, e como ambas as estratégias nos interessam, temos como objetivos específicos: (i) analisar os elementos das coberturas para verificar quais quadros e vieses foram mobilizadas pelos diferentes agentes e pelos próprios jornais; (ii) verificar como o enquadramento de cada periódico reflete e atua sobre as disputas, suas tensões e nuances; e (iii) comparar a postura dos jornais a respeito das disputas discursivas.

Para cumprir estes objetivos, fizemos a busca pelas produções dos dois jornais que traziam em seu conteúdo menção às temáticas nos PEs em vigência, chegando ao *corpus* de 29 produções da Folha de S.Paulo e 54 da Gazeta do Povo. Selecionamos, na busca de uma outra forma de analisar o poder, a análise de enquadramento com foco na perspectiva cultural e a teoria das dimensões

Planos Estaduais e Municipais de Educação (2015-2016), assim como no processo de aprovação do PNE (2014) e da BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2016-2018).

relacionais do poder discursiva e performática (REED, 2014). Ao analisar estas disputas discursivas presentes no 'jogo democrático', verificamos que a cobertura veiculada nos sites dos jornais, mesmo tendo posturas diferentes, privilegiaram a visão dos grupos contrários à inclusão das temáticas nos PEs, destacando personagens, agentes e enquadres políticos 'contrários' (SOUZA, 2017).

Neste artigo apresentamos um recorte da pesquisa completa tendo como foco a análise empírica do fenômeno político estudado. A próxima seção aborda a relação das questões de gênero e DS com a disputa de fronteira que marca a luta por reconhecimento e visibilidade da pluralidade de identidades na sociedade e suas pautas para a educação. Assim como o sintagma 'ideologia de gênero' criado por setores conservadores para barrar estes debates na sociedade e na educação. Na terceira, estão os conceitos de disputa discursiva, dimensões relacionais do poder discursiva e performática, e da perspectiva cultural de análise de enquadramento, ferramenta metodológica escolhida para a Análise das Disputas Discursivas. A quarta seção apresenta os elementos identificados na análise de cada jornal, os resultados do confronto entre novos enquadramentos e normativos, e uma discussão dos achados. Por fim, apresentamos as considerações finais.

225

1. Disputa de fronteiras na educação

As desigualdades no ambiente escolar suscitam a necessidade de novas compreensões da educação como parte da transformação da sociedade, para a superação das desigualdades sociais e do sistema de diferenciação e hierarquização das diferenças estabelecido pelas relações de poder hegemônicas. Bem como, olhar a escola como espaço de disputas permeados por relações de poder com conexões entre saber, identidade e poder; marcado por tensões e contradições onde tentativas de construções hegemônicas, se confrontam cotidianamente com resistências (SILVA, 2010).

Nessa perspectiva as questões de gênero e DS foram pautadas no debate dos PEs em vigência nas etapas preparatórias e nas Conferências Nacionais de Educação (CONAE) de 2010 e 2014 gerando conflitos políticos e pedagógicos protagonizados de um lado pelos movimentos feministas, LGBT, setores da educação e outros

movimentos sociais progressistas, e do outro por movimentos católicos, evangélicos e conservadores.

Na tramitação dos PE's o debate sobre representatividade esteve expresso na disputa pela inclusão dos termos e políticas sobre gênero e DS, como reconhecimento das especificidades necessárias a serem contempladas. A busca é pela quebra da invisibilidade das temáticas na escola, presentes na heterossexualidade presumida e no reconhecimento destes debates como questões de direitos humanos e de cidadania na livre expressão de gênero e do desejo. A disputa pela inclusão desses temas entende que seu debate é uma forma de reconhecer, prevenir e combater a discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT na escola e na sociedade. Um instrumento poderoso na construção de uma nova cultura de combate ao preconceito e à discriminação consolidadas nas escolas por políticas, diretrizes e estratégias de respeito à DS (AMARO, 2016). Mas, mesmo com todas as teorias e dados apresentados e utilizados nas argumentações, inclusive das agências de educação do governo, a disputa pela inclusão dos termos foi, em grande maioria, barrada por forças conservadoras.

226

Este movimento conservador organizado na denúncia destes debates na sociedade e principalmente na educação, combatem o que chamam de 'ideologia de gênero'⁴. Termo considerado um sintagma por não tratar de um conceito acadêmico ou científico, sendo um *slogan* político baseado na inversão, como forma de "refutar as contribuições teóricas sobre gênero que consideram seu caráter histórico e cultural e não meramente biológico" (AMARO, 2016, p. 1). As primeiras aparições do sintagma estão em textos da igreja católica em meados de 1990 baseados em teorias antifeministas, com discursos sexistas e homofóbicos promovidos pelas comunidades terapêuticas de cura gay e pró-vida (JUNQUEIRA, 2016)⁵. Esse movimento reacionário antigênero transnacional possui estratégias políticas em

⁴ O conceito sociológico de ideologia de gênero não é atual ou conservador, foi elaborado para "permitir identificar, compreender e criticar os processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos" (JUNQUEIRA, 2016, p. 230). São representações o machismo, sexismo, misoginia, homofobia e a polêmica 'teoria/ideologia do *gender*'".

⁵ A partir da Conferência Pequim+20 da ONU Mulheres em 1995, os movimentos católicos, pró-vida e família denunciam a teoria de gênero como "'doutrinação neototalitária', de raiz marxista e ateia, (...), camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade" (JUNQUEIRA, 2016, p. 232-233).

comum, como a defesa da família heterossexual e o direito das crianças a esse convívio; a defesa da vida (contra o aborto, pesquisas com célula tronco, etc.) e a ofensiva contra o avanço de políticas sexuais na luta contra direitos já conquistados por mulheres e LGBT e sua ampliação (SOUZA, 2014). Ainda combatem a educação sexual com o argumento que a prioridade do tema é da família defendendo uma escola não-ideológica, 'sem gênero' e 'sem partido'.

No Brasil esta pauta passa a se organizar em 2004 com a defesa do Projeto Escola Sem Partido, movimento em defesa de uma escola sem interferências políticas, atacando currículos, a liberdade docente, o pensamento crítico e a pluralidade (AMARO, 2016). Essa ofensiva ganhou destaque nas CONAE's, onde o sintagma se popularizou e difundiu em sites católicos e evangélicos, mostrando uma estratégia organizada para barrar as diretrizes que citavam os termos gênero, DS e sexualidade. O foco da derrubada diretriz esteve nos termos de DS, mesmo ela versando sobre desigualdades étnico-raciais e regionais. Sua retirada do PNE "oculta as desigualdades imperantes nas políticas de educação (...) [e] afeta diretamente os direitos básicos da população negra, indígena, (...) de pessoas do campo, das mulheres e da população LGBT, pois invisibiliza a desigualdade histórica desses segmentos" (SOUZA, 2014, p. 196).

227

Os segmentos conservadores da igreja católica e evangélicos utilizam para a ação político-religiosa redes sociais e lideranças com espaços na televisão e rádio como forma eficaz de transmitir e produzir sua mensagem. Na propagação desses discursos, cria-se um pânico moral contra as temáticas, como ameaças ao sistema educacional que estariam relacionadas "ao projeto de deflagrar uma 'revolução socialista'" (SOUZA, 2014, p. 200)⁶. Mas também há conflitos nestes setores demonstrando que "dentro e fora das instituições as hegemonias são contestadas" (SOUZA, 2014, p. 202).

Após expostos os argumentos das disputas discursivas, apresentamos na próxima seção as teorias, métodos e materiais elencados para a análise dos dados.

⁶ Remete ao período de desestabilização do governo Goulart (1962-1964), em que o pânico moral contra o comunismo foi acionado pela mídia, militares, empresários, latifundiários e Igrejas, como ameaça à nação, trazendo o ateísmo, destruindo a família, acabando com a propriedade privada, etc (SOUZA, 2014).

Disputas discursivas, dimensões relacionais do poder e análise de frame

Um dos recursos centrais do ‘jogo democrático’ do poder é o elemento discursivo, utilizado como forma de instaurar a dominação com legitimidade nas relações sociais. Nessa perspectiva, compreendemos as disputas discursivas como os conflitos por poder inscritos nos recursos comunicacionais, que são mobilizados pelos diversos grupos para atingir suas metas. As práticas discursivas mostram as relações entre poder e discurso, social e historicamente variáveis, constituindo e construindo a sociedade em várias dimensões: instituições, sujeitos e relações sociais (identidades e posições), sistemas de conhecimento e crença. A luta por hegemonia, baseada na sua instabilidade e temporalidade, vê nas práticas discursivas e processos comunicacionais (produção, distribuição, consumo, recepção e interpretação), a contribuição “para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente, mas também das relações sociais e assimétricas existentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123 e 124).

228

Reed (2014) propõe a análise do poder com base nos mecanismos causais do mundo social, elencando três dimensões organizadas através do cruzamento entre as fontes e as dimensões do poder, e da interação das mesmas. Uma forma de tornar mais consistente a análise da conversão do ‘poder de’ em ‘poder sobre’ (SOUZA, 2016) como dimensões sujeitas a variações empíricas tal como funcionam no mundo, são elas a Relacional-realista, Discursiva-hermenêutica e Performática-pragmática. Seleccionamos as duas últimas como ferramentas de análise pela possibilidade de expandir a forma como o poder é estudado na Ciência Política.

A dimensão Discursiva, afirma que o discurso e o sentido não estão apenas no nível estrutural de análise dos mecanismos sociais. Parte-se de uma concepção de poder horizontal, descentralizado e produtivo de subjetividades, que tem como par a resistência, e que vê no discurso a inscrição do empoderamento e da dominação. O discurso é considerado um sistema de significações idiossincrático e arbitrário que deve ser contextualizado na multiplicidade de ações que entrelaçadas produzem as relações de poder (SOUZA, 2016). O objetivo é observar e inferir sobre a eficácia das formações discursivas. O discurso possibilita o controle das ações de uma pessoa ou grupo por outro, através de tipificações e construções nas quais estão imersos promovendo a disciplina (em escritas simbólicas ou falas repetidas) ou

conferindo o *status* de natural, moralmente correto e inevitável (REED, 2014; SOUZA, 2016).

A dimensão Performática pensa a ação social relacionada a ação e a intersubjetividade propostas pelo pragmatismo cultural e pela teoria dos atos de fala. Em resumo, a teoria dos atos de fala se ocupa em diferenciar analiticamente os aspectos da expressão e as dimensões que ajudam a distinguir diferentes atos de fala em: i) expressões constativas, avaliadas no que diz respeito à veracidade ou falsidade de sua proposição ou relato do mundo – aspecto locucionário (o que é dito); e ii) performativas, julgadas de acordo com sua eficácia como exitosas ou fracassadas, pertinentes ou impertinentes – aspectos ilocucionário (o que ocorre em se dizer algo) e perlocucionários (o que acontece por se ter dito algo) (REED, 2014). As expressões performativas são o cerne dessa visão entendidas como atos de poder (BUTLER, 2003) que produzem dominação e resistência, pois ao invés de apenas reproduzir eventos e relações de poder, podem criar poder social ao influenciar ações futuras. São ameaças, pronunciamentos ou promessas que funcionam como eventos autoexplicativos e autônomos, valorizando a capacidade reflexiva das pessoas na vida social e em situações conflituosas de interação.

229

A questão empírica para o poder performático é saber o grau em que impacta a ação, estudando interações sociais interpessoais no nível micro e as de nível macro no uso de metáforas dramáticas como eventos midiáticos ou grandes ‘dramas sociais’, em que é potencializado tornando um espetáculo público ou atraindo atenção. Esta dimensão se aproxima especialmente do nosso objeto ao tratar de ações conflituosas que opõem nas falas grupos e pessoas entre ‘nós’ e ‘eles’ constituindo subjetividades com interdições, ameaças e revoluções (SOUZA, 2016). Ao combinar as duas dimensões podemos inferir sobre como as construções discursivas expressas nas disputas dos temas nos PE’s criaram um espetáculo exposto pela mídia ao serem utilizadas performativamente.

Para viabilizar esta teoria elencamos a Análise de Enquadramento, corrente de estudos sobre debates de temas públicos que ganham expressão midiática analisando as relações entre comunicação e processos políticos (VIMIEIRO, 2010). Optamos pela utilização dos *frames*, instrumentos de poder empregados pelos meios de comunicação como forma de prover ao público um modo de compreender

a realidade, ao escolher abordar os assuntos por uma perspectiva, deixando outras de fora, organizando o discurso com práticas de seleção, ênfase, exclusão, etc., que constroem uma interpretação dos fatos (PORTO, 2002). Entre diversas teorias de enquadramento, optamos pela perspectiva cultural por permitir olhar seus sentidos compartilhados socialmente além de fazer apenas análises de estruturação da informação. Essa perspectiva é essencial para analisar os conflitos por hegemonia e as resistências contra hegemônicas e, portanto, fundamental em nosso estudo das disputas discursivas (SOUZA, 2016).

Tabela 1 – Elementos que compõem a Análise das Disputas Discursivas

Nível <i>constativo</i>	
Nome / Descrição	Variáveis
5. Ícones: Representações não textuais	5.1. Foto 5.2. Imagem 5.3. Infográfico 5.4. Vídeo 5.5. Box
6. Atrizes e atores: Atores e atrizes individuais e coletivos citados	6.1. Indefinidos 6.2. Favoráveis 6.3. Contrários Classificados como: Estudantes; LGBT; Outros; Religiosas (os); Representantes da educação; Representantes do governo; Representantes movimentos sociais, Defensoria Pública, OAB, ONU e seus órgãos; Representantes de órgãos da Educação; Sem especificação; Teóricas (os)
7. Agentes: Instituições, movimentos ou órgãos citados	7.1. Indefinidos 7.2. Favoráveis 7.3. Contrários. Classificados como: Governo; Movimentos sociais, Defensoria Pública, OAB, partidos políticos, ONU e seus órgãos; Órgãos da Educação; Outros; Religiosos; Sem especificação
8. Termos: Referentes à gênero e DS	8.1. Termos científicos e/ou politicamente corretos 8.2. Termos cunhados por setores conservadores/religiosos e expressões contrárias ao debate de gênero e DS, e/ou politicamente incorretos
Nível <i>performativo</i>	
9. Exemplos: Fatos históricos dos quais são tiradas lições	9.1. Exemplos neutros, de outros mecanismos legais que propõe o debate 9.2. Favoráveis de ensinamentos religiosos 9.3. Favoráveis de fatos históricos e/ou dados como argumento 9.4. Favoráveis de materiais e/ou ações de promoção de igualdade de gênero/DS 9.5. Contrários de ensinamentos religiosos 9.6. Contrários de fatos históricos e/ou dados como argumento
11. Avaliação por argumento: Argumentos usados no julgamento dos temas	11.1. Científicos favoráveis 11.7. Científicos contrários 11.2. Contra a violência 11.9. Religiosos contrários 11.3. Educacionais 11.10. Sobre liberdade de expressão 11.4. Argumentos públicos 11.11. Argumentos sobre privilégios 11.5. Religiosos favoráveis 11.12. Outros argumentos contrários 11.6. Outros argumentos favoráveis
12. Avaliação e/ou decisão política	12.1. Liberal 12.2. Progressista 12.3. Conservadora

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de SOUZA, 2017.

Ressaltamos que priorizamos as disputas discursivas e não a recepção das mensagens, e por isso, propomos a Análise das Disputas Discursivas com o objetivo de destacar as lutas por hegemonia e resistências, verificando que o *frame* funciona

normativamente, mas também questiona este padrão (BUTLER, 2016), mobilizando a dimensão discursiva e performática do poder (SOUZA, 2016).

Utilizamos a Análise de Conteúdo para classificar e categorizar o conteúdo seguindo as etapas sugeridas por Bardin (1995) de pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados. Na pré-análise fizemos a busca pelas produções dos jornais Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo que traziam em seu conteúdo menção ao debate da inclusão de gênero e DS nos PE's em vigência. A Folha foi escolhida pela magnitude do seu público, jornal com maior circulação digital no Brasil, considerado um *quality paper* (MIGUEL; COUTINHO, 2007), e a Gazeta por ter a maior circulação no Paraná e a segunda da região sul (ANJ, 2016). A opção por estes jornais se justifica, pois “as histórias tendem a se espalhar verticalmente (...) com editores em nível regional frequentemente se submetendo a esses jornais de ‘elite’ (...) que estabelecem a agenda midiática” (VIMIEIRO, 2010, p. 89). Outro fator importante foi a diversidade de posturas tendo a Folha perfil liberal (FOLHA DE S.PAULO, 2007) e a Gazeta posição conservadora (MARTINS, 2016).

232 Na exploração do material verificamos se i) era material jornalístico; ii) tratava das questões nos PEs; e iii) excluímos resultados iguais. Chegamos ao *corpus* formado por 29 produções da Folha de S.Paulo – três artigos de opinião (10,3%), duas colunas (6,9%), uma entrevista (3,4%) e 23 notícias (79,3%); e 54 da Gazeta do Povo – oito artigos de opinião (14,8%), seis postagens em blogs do jornal (11,1%), dois editoriais (3,7%) e 38 notícias (70,4%).

Compreendemos que existem diversas teorias sobre o jornalismo para se aprofundar o debate do seu papel na sociedade (TRAQUINA, 2005) e que usualmente os gêneros jornalísticos são divididos em informativos e opinativos. Mas como nosso foco são as disputas discursivas sobre gênero e DS nos planos de educação veiculadas nos sites dos jornais FSP e GP, definimos por analisar todas as produções que as visibilizaram sem esta distinção. Temos como base as teorias que partilham do paradigma das notícias como construções sociais narrativas ⁷

⁷ As teorias construcionista, estruturalista e interacionista, ressaltam a importância de compreender a dimensão cultural das produções, por representarem a natureza conflitual do mundo, como produto de processos complexos de interação social entre diversos agentes (SOUZA, 2016). O processo de produção das notícias, também é destacado, pois jornalistas e “produtores de conteúdo midiático estão imersos nesse pano de fundo cultural que os transpassam e que eles também ajudam a construir” (VIMIEIRO, 2010, p. 66). As produções jornalísticas, informativas ou opinativas,

(‘estórias’) que ajudam a constituir a própria realidade, e que “todo tema político tem uma cultura, ou seja, um discurso que se modifica no decorrer do tempo e que apresenta interpretações e significados sobre os fatos relevantes” (PORTO, 2002, p. 6).

Finalizadas estas etapas codificamos os dados, agrupando os conteúdos e estratégias das disputas discursivas em categorias considerando dois níveis de análise. No nível *constativo* abordamos a dimensão discursiva, identificando representações textuais e visuais existentes nas produções jornalísticas. No nível *performativo*, identificamos as expressões performáticas expressas nas produções, tendo como base a dimensão performática. Formamos assim a Análise das Disputas Discursivas que nos permitiu identificar, com base na cultura, os entendimentos gerais sobre as temáticas que se materializam discursiva e performativamente⁸.

2. Análise das Disputas Discursivas sobre Gênero e DS nos jornais Folha de S.Paulo e Gazeta do Povo a partir dos planos de educação

233

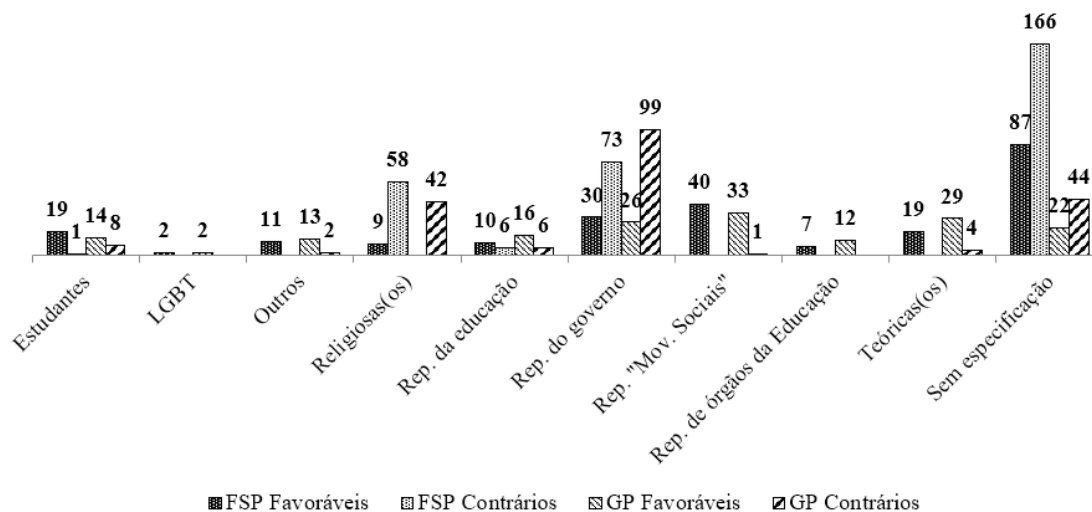
Os dados processados com a Análise de Conteúdo guiaram a formulação dos enquadramentos da Análise das Disputas Discursivas. Cada elemento foi identificado pelo posicionamento em relação às questões de gênero e DS, tendo aqui o foco nas visões ‘contrárias’ e ‘favoráveis’. Optamos por esta divisão, pois os posicionamentos de diferentes agentes sociais, seus lugares de fala, contribuem para a interpretação dos sentidos empregados ao objeto, em que seus discursos representam e reproduzem “convenções, normas, valores compartilhados e estabelecidos em sua ‘comunidade discursiva’” (VIMIEIRO, 2010, p. 83). Explicamos

carregam escolhas individuais, coletivas (do jornalista, da empresa ou da opinião pública) e o peso das rotinas jornalísticas, ou seja, tem vieses implícitos. A linguagem neutra buscada pela objetividade e colocada na divisão entre jornalismo opinativo e informativo trata de um falso paradigma (CHAPARRO, 2017). Os materiais informativos são marcados pela cultura dos membros da produção e da sociedade onde estão inseridos (TRAQUINA, 2005), assim como os materiais opinativos, de forma mais explícita nas colunas e artigos, mas também nos editoriais que abordam assuntos destacados como de maior importância pelo jornal, e estas opiniões refletem sua identidade como agente político junto ao público ao pautar o debate público (MELO, 1994).

⁸Aqui apresentamos apenas os elementos citados na próxima seção, para acesso à pesquisa completa ver, Souza (2017): Disponível em: <https://goo.gl/rEuAsc>. Acessado em: março de 2020.

que ao citar exemplos das produções usaremos apenas o número da matéria seguido das iniciais do jornal, conforme o Anexo A.

Gráfico 1 - Comparação atrizes e atores das produções dos jornais FSP e GP



Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados de SOUZA, 2017.

234

Definimos os *frames* com base nas disputas de sentidos apresentadas nos campos de atuação dos elementos ‘atrizes e atores’ e ‘agentes’, para, a partir deles, fazer o cruzamento dos dados e reunir suas características. Explicamos que o grande número de citações sem especificação acontece pela característica do texto jornalístico, que utiliza expressões genéricas como: críticos, defensores, manifestante(s), militantes, etc.

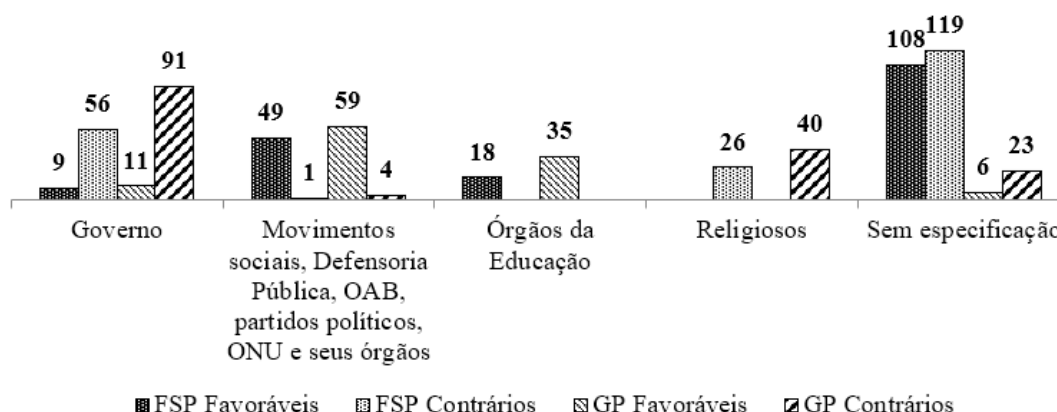
No mapeamento das personagens citadas nas produções dos jornais a maior ocorrência de ‘favoráveis’ está em representantes dos movimentos sociais, Defensoria Pública, OAB, ONU e seus órgãos (17% FSP e 20% GP) e representantes do governo – executivo, legislativo e ministérios (13% FSP e 16% GP). Na Gazeta do Povo outros dois grupos ‘favoráveis’ apresentam ocorrências altas, teóricas(os) (17% GP) e representantes da educação (10% GP). Entre os ‘contrários’ a maior incidência foi em representantes do governo (26% FSP e 48% GP) e religiosos (19% FSP e 20% GP).

Os ‘agentes’ identificados são semelhantes ao elemento anterior. Os ‘contrários’ se concentram em três campos: governo (28% FSP e 58% GP), religioso (13% FSP e 25% GP) e ‘movimentos sociais’ (0,5% FSP e 3% GP). Os parlamentares

são constantemente associados a entidades religiosas como representantes das frentes evangélicas, católica e de defesa da família ou ligados às igrejas (padres e pastores). Entre os ‘favoráveis’ observamos maior diversidade de campos de atuação, estando relacionados aos movimentos sociais, Defensoria Pública, OAB, partidos, ONU e seus órgãos (27% FSP e 52% GP); órgãos de educação (10% FSP e 31% GP); e ao governo (5% FSP e 10% GP). O grupo ‘outros’ não está no gráfico abaixo, pois só teve duas ocorrências ‘a favor’ na Gazeta. Enfatizamos neste posicionamento as participações ligadas à educação, tanto na figura de estudantes e profissionais da educação que vivenciam a realidade do ambiente escolar; de órgãos da educação (MEC, secretarias e conselhos); quanto instâncias de maior participação como as CONAE’s, que agregam diferentes movimentos sociais da DS, gênero, jurídicos, ligados à infância, entre outros. Outro dado importante é que os representantes do governo favoráveis também estão associados à educação ou à luta das questões de gênero e diversidade.

Gráfico 2 – Comparação agentes das produções dos jornais FSP e GP

235



Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados de SOUZA, 2017.

Com estes dados dividimos os enquadramentos em três normativos⁹: i) político, ii) religioso e iii) sem especificação de atuação; e três progressistas¹⁰: i)

⁹ Normativos são os *frames* hegemônicos e conservadores “inadequados para a tarefa de compreender tanto as novas formações do sujeito quanto as novas formas de antagonismo social e político” (BUTLER, 2016, p. 209).

¹⁰ Progressistas são os *frames* alternativos que rompem com o contexto no qual são formados, contestando normas culturais e reavaliando “a interpretação que nos foi imposta, transformando nossa análise em uma crítica social do poder regulador e censorador” (BUTLER, 2016, p. 111).

representações da educação, movimentos sociais e outras entidades progressistas, ii) político e iii) sem especificação de atuação. Por motivo de espaço expomos aqui apenas as características mais marcantes relacionadas a ‘guerra de discursos’ instaurada entre os *frames*, indicando os principais achados da pesquisa.

Tabela 2 – Comparação da ocorrência de ícones nas produções dos jornais FSP e GP

Jornal	Produções sem ocorrência		Produções com ocorrência		Quantidade de ocorrências		Nº de ocorrências descontando iguais	
	FSP	GP	FSP	GP	FSP	GP	FSP	GP
5.1. Foto	18	39	11	15	145	36	68	35
5.2. Imagem	29	52	0	2	0	2	0	2
5.3. Infográfico	28	52	1	2	1	3	1	3
5.4. Vídeo	26	53	3	1	3	1	2	1
5.5. Box	29	48	0	6	0	13	0	

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados de SOUZA, 2017.

236

Quanto à multimídia e representações não textuais os *frames* normativos tiveram grande representação neste elemento. Na Folha citamos três exemplos: i) o uso do sintagma ‘ideologia de gênero’ nos títulos e legendas do carrossel de fotos das notícias 13, 14 e 15 FSP; ii) o vídeo na coluna “Proibição de ‘ideologia de gênero’ pode levar PT a punir prefeito Luiz Marinho” (27 FSP) com fala do prefeito dizendo que o PE que enviou à Câmara não continha nenhuma referência à ‘ideologia’ e que sempre foi contrário a ‘isso’; e iii) o vídeo das notícias 13 e 15 FSP com cenas de manifestantes contra e a favor em carros de som “‘Por trás do silicone também bate um coração’, cantava de cima de um carro de som o grupo a favor da diversidade sexual, enquanto religiosos rezavam o Pai Nosso contra a ‘ideologia de gênero’” (13 FSP e 15 FSP).

Na Gazeta as expressões ‘contrárias’ em ícones tiveram alta representação, mas evidenciamos dois fatos. O primeiro, é o carrossel de fotos chamado “Rosa e azul” da notícia “Crianças fazem caminhada em prol da família” (38 GP) que diz “Promovida por uma paróquia e ONGs, a passeata comemorou a exclusão da ideologia de gênero” (38 GP). As fotos mostram faixas e cartazes carregados por crianças com os dizeres: ‘Vamos cuidar das nossas crianças’, ‘Ideologia de gênero na

minha educação não. Deixem meus pais me educarem!', etc. Já a notícia 31 GP, mostra fotos de pessoas com cartazes com as frases: 'Sim à família não à ideologia de gênero', 'Respeitem a família cristã brasileira, somos maioria', 'Em favor da família verdadeira', etc. Estas frases também estão nas avaliações por argumentos religiosos contrários, ao dizer para os vereadores 'salvem as famílias', e nos de âmbito privado afirmando que a educação é de responsabilidade da família.

O segundo fato é a única ocorrência de vídeo, a primeira parte do documentário norueguês "*Hjernevask*" ("Lavagem Cerebral"), que de acordo com o jornal "abalou a credibilidade dos teóricos de gênero nos países escandinavos (...) [e] gerou um intenso debate público sobre o assunto no país (...) [ao contrapor] a afirmação dos defensores da teoria de gênero com outras de estudiosos ligados às neurociências e à psicologia evolutiva" (17 GP). Referências a este documentário foram usados na matéria 17 GP em que foi colocado na notícia, e nos editoriais "A blindagem da teoria de gênero" (14 GP) e "Educação e teoria de gênero" (28 GP).

237

Os editoriais são a distinção essencial entre os jornais, neles a Gazeta assume posição contrária e mesmo não utilizando o sintagma reproduz todos os seus argumentos. Como ao falar sobre a votação dos PE's em que diz: "observa-se uma tentativa de impor aos estudantes teorias controversas e carentes de fundamentação científica" (28 GP). O editorial também faz vasto uso de expressões performáticas como 'o que está em jogo', 'virada de mesa', assim como argumenta que incluir a 'teoria de gênero' nos PE's:

seria trazer para as escolas, de forma indiscriminada, convicções morais e de valores que não necessariamente correspondem às dos pais (...) [levantando] debates. O primeiro é sobre a teoria de gênero em si, que exige discussão aberta (inclusive sobre os estratégias daqueles que desejam implantá-la sem dizer com todas as letras o que pretendem) (...) [Segundo sobre] limites entre as responsabilidades de família e escola na educação das crianças sobre temas morais e de valores (28 GP).

Este tipo de produção é considerado o posicionamento oficial do jornal sobre assuntos e verificamos que muitos dos argumentos utilizados são os mesmos expostos em artigos de opinião publicados em datas anteriores a eles por pessoas 'contrárias', exemplo do editorial 14 GP (27/12/2014) com argumentos do artigo 12 GP (20/11/2014). Eles assumem este posicionamento justificando que impedir

a crítica à teoria de gênero e considerá-las homofóbicas “é alargar indevidamente o conceito de homofobia para coibir a liberdade de expressão” (14 GP).

Já os enquadramentos progressistas também tiveram algumas representações em ícones como: i) o infográfico “Planos estaduais de educação” (10 FSP) com argumentos pela manutenção dos termos contestando o sintagma ‘ideologia de gênero’ e enfatizando o combate às formas de preconceito na escola afirmando que o debate “não significa incentivar crianças e jovens a serem homossexuais” (10 FSP); ii) os dois infográficos da notícia 10 GP que mostram dados de pesquisas sobre a população trans, leis relacionadas aos seus direitos e o preconceito vivenciado; iii) os boxes da notícia 2 GP com referências à campanhas contra a violência sexual sofrida por mulheres (‘eu não mereço ser estuprada’, ‘eu não mereço ser encoxada’ e ‘Não ao machismo cresce’); e iv) nas fotos que apresentam cartazes de/e pessoas religiosas(os) ‘favoráveis’ como “Sou católico e quero gênero sim!” (15 FSP). Isto nos mostra uma não padronização das personagens das fotos, diferente do que foi constatado nos *frames* normativos.

238 Quanto aos termos utilizados a maioria foi classificada como ‘científicos e/ou politicamente corretos’ (468 - 75% FSP e 532 - 86% GP). Dos identificados como ‘cunhados por setores conservadores/religiosos e expressões contrárias ao debate de gênero e DS, e/ou politicamente incorretos’ (155 FSP e 84 GP) a maior incidência corresponde ao sintagma ‘ideologia de gênero(s)’ ou “a chamada ‘ideologia de gênero’” (81% FSP e 67% GP). Os outros (19% FSP e 33% GP) são expressões como: aberração/apologia de gênero, educação de ‘vanguarda’ sexual, homossexualismo, ideologia homossexual, ideólogos de gênero, igualdade de sexo, ‘kit gay’, professora da ‘liberdade’ sexual, sexualização precoce, suposta ‘DS’, etc. A maior utilização destas expressões está no *frame* normativo político, mas há casos desviantes, pois para além da presença destes termos associados a pessoas ‘contrárias’ também o identificamos no artigo 35 GP escrito pelo pedagogo e doutor em Educação favorável às temáticas que reproduz o sintagma, mesmo com intuito de reforçar a importância dos debates que atingem os sujeitos excluídos.

Esta categoria se mostra interessante, pois “os termos utilizados para fazer referência à questão indicam valores compartilhados culturalmente” (VIMIEIRO, 2010, p. 82). Neste ponto verificamos uma diferença entre os periódicos: a Folha

apresenta mais termos ‘incorretos’ (25%) concentrados no sintagma ‘ideologia de gênero’, do que a Gazeta (14%) que usa variações e termos de forma ‘mascarada’ ou ainda tratando dos argumentos relacionados ao sintagma, sem citá-lo. Cabe destacar também a performatividade nas expressões ‘incorretas’ em dois sentidos. Primeiro, que ao usar palavras como: ideologia, aberração e apologia; setores conservadores estimulam o ‘pânico moral’ (JUNQUEIRA, 2016; SOUZA, 2014) sobre às temáticas. Questão intensificada ao associar estas temáticas a outros ‘monstros’ da história como o socialismo ou o comunismo (‘Gênero: vai pra Cuba! Aqui não!’). Segundo por demonstrar sua eficácia, ao confirmarmos que as falas associadas à estas expressões se utilizam dos mesmos argumentos, descritos quase *ipsis litteris*, em falas de agentes diversos (políticos, religiosos, etc).

239

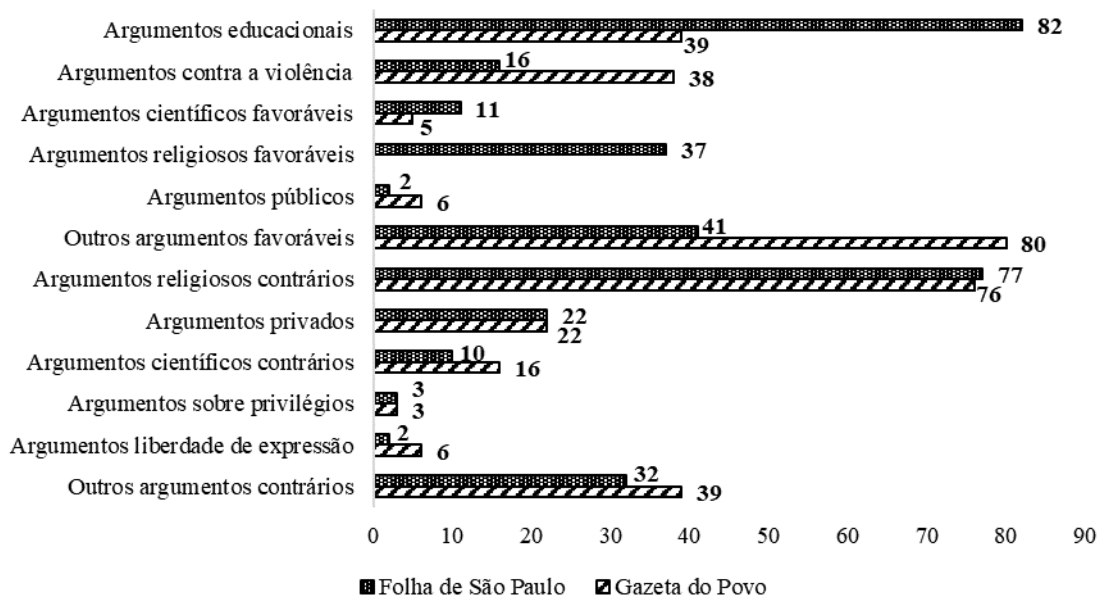
Quanto a citação de exemplos verificamos que os ‘favoráveis’ (22 - 81% FSP e 24 - 83% GP) utilizam fatos históricos e/ou dados (11 - 41% FSP e 22 - 76% GP), citam materiais e/ou ações de promoção de igualdade de gênero e/ou de DS (5 - 19% FSP e 2 - 7% GP) e ou são ensinamentos religiosos (6 - 22% FSP) em que se verifica a busca pela identificações e empatia dos ‘contrários’ – “O amor ao próximo é o maior ensinamento que Deus nos deu” (7 FSP), “Princípio dos evangelhos acolhida à diversidade” (17 FSP) e “Tenho a Bíblia em casa e sei que o que importa é a igualdade. E discutir as questões de gênero é igualdade” (18 FSP). Já os exemplos ‘contrários’ (4 de cada jornal, 15% FSP e 14% GP) apresentam fatos históricos e/ou dados como argumentos (15% FSP e 3 - 10,3% GP) e um exemplo religioso (3,4% matéria 31 GP). As ocorrências da Folha estão no artigo 9 FSP, “Compromisso com a realidade”, escrito pelo professor de História da Igreja no Instituto de Teologia Bento 16, com argumentos sobre liberdade, ciência e religião, diz que o Papa “lamentou a prática ocidental de impor uma agenda de gênero a outras nações por meio de ajuda externa. Chamou isso de ‘colonização ideológica’, comparando-a à máquina de propaganda nazista” (9 FSP).

Verificamos que as avaliações por argumentos ‘favoráveis’ são maioria nos dois jornais (56% FSP e 51% GP), utilizando argumentos educacionais (24,5% FSP e 11,8% GP), contra a violência (4,8% FSP e 11,5% GP), científicos (3,3% FSP e 1,5% GP) e sobre a necessidade de o Estado assumir este debate (0,6% FSP e 1,8%). A diferença está nos argumentos religiosos favoráveis na Folha (11% FSP). Exemplos

de argumentos educacionais: ‘Gênero na escola porque se aprende que errado é preconceito’; ‘Respeito se aprende na escola: preciso de gênero no PME!’ (13 FSP); “[O documento] prevê ações para que alunos aprendam a respeitar a DS e professores saibam lidar com a questão” (5 FSP); “Não dá para a escola lidar só com um modelo de família” (12 FSP); “O que defendemos não é ideologia. Trata-se apenas de uma visão de sociedade mais livre” (17 GP) e “A escola tem que ser o lugar de vivenciar os valores de respeito e solidariedade” (2 FSP). Os ‘outros argumentos favoráveis’, se referem aos discursos de: defesa aos ataques de pessoas e/ou grupos religiosos e conservadores contrários a inclusão dos temas, em sua maioria contrapondo o sintagma ‘ideologia de gênero’ e/ou o argumento de que isto seria doutrinação, distorção, etc, e/ou sobre estigmas e dificuldades enfrentadas pelas mulheres e LGBTs, e/ou de que as crenças pessoais estão sendo colocadas nos espaços públicos e outros argumentos que não se encaixam nas especificações favoráveis.¹¹

¹¹ Exemplos de ‘outros argumentos favoráveis’: “Deturpam dizendo que o projeto prega ideologia de gênero e estimula homossexualidade” (5 FSP); “[Não existe ideologia] Existe uma realidade de jovens que estão descobrindo seu corpo, sua sexualidade, e que devem ser livres, sem nenhuma imposição (...) Educação é diversidade, é acolhimento, e é democracia” (39 GP); “[defensores querem] garantir que pessoas que se descobrem homossexuais ou transgênero, por exemplo, não sejam vítima de agressões ou discriminações” (47 GP); “Para OAB, Legislativo distorce conceito de gênero nos Planos (...) [ela] ‘não silenciará’ caso ocorram violações aos direitos e garantias fundamentais (...) os discursos feitos promoveram o ódio e a desagregação social” (30 GP); “Quando nós educadores falamos de gênero, queremos proporcionar condições iguais (...) no âmbito escolar (...) [como] romper com barreiras que mantêm as meninas longe dos cursos de engenharias” (26 GP); “A gente não quer desqualificar as famílias tradicionais. A gente só quer mostrar que existem outras formas de composição familiar, seja dois pais ou duas mães” (11 FSP); “Os sistemas educacionais mais uma vez tornam invisíveis os sujeitos já excluídos socialmente (...) não só o debate de gênero é prejudicado, como também os debates sobre os sujeitos do campo, negros [etc] (...) uma postura preconceituosa” (35 GP); “Deve ser reconhecida a liberdade das mulheres de fazerem as suas próprias escolhas, sobre o seu corpo, sobre o que vestem, e sobre o seu modo de ser e viver (...) A transformação de uma sociedade que viola constantemente os direitos das mulheres só se dará pelo enfrentamento dessa questão” (54 GP).

Gráfico 3 – Comparação avaliação por argumentos das produções dos jornais FSP e GP



Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados de SOUZA, 2017.

241 Os argumentos ‘contrários’ se concentram nos religiosos (23% FSP e GP), sendo importante ressaltar que mesmo no *frame* político este teve maior representação – “deputados que disseram estar votando contra o projeto e ‘a favor da família’” (22 GP), “deputada Cláudia Pereira diz que tomou a iniciativa de derrubar a previsão de igualdade de gênero (...) [pois] ‘Essa ideologia ensina que as crianças nascem assexuadas e que têm que optar mais tarde por uma sexualidade. Isso vai contra a natureza humana’” (18 GP). Os outros argumentos ‘contrários’ são de que o debate é de âmbito privado das famílias (6,6% FSP e 7% GP), científicos (3% FSP e 5% GP), que os temas privilegiam setores da população (0,9% FSP e 1% GP) e privam a liberdade de expressão (0,6% FSP e 2% GP). Os ‘outros argumentos contrários’ correspondem aos discursos de que estes debates: não devem ser feitos com crianças, e/ou que sua inserção é um desrespeito as definições ‘democráticas’, e/ou que desviam atenção das metas educacionais, e/ou argumento de que são controversos, doutrinação, imposição, manipulação, subjetivos, teorias mentirosas, etc., e outros argumentos que não se encaixam nas especificações contrárias.¹²

¹² Exemplos de ‘outros argumentos contrários’: “o vereador Cid Ferreira (PMDB) (...) argumenta que isso [a exclusão das questões] representa uma medida protetiva a crianças em idade vulnerável” (26 FSP); “[isso] constitui um desrespeito ao Legislativo federal e uma forma inaceitável de ‘virada de

Nas avaliações políticas verificamos posicionamentos ‘progressistas’ (34 - 32% FSP e 58 - 47% GP) e ‘conservadores’ (71 - 68% FSP e 65 - 53% GP). Estes dados são contextualizados com o histórico dos planos, pois grande parte da posição ‘progressista’ corresponde ao texto do PNE aprovado em 2012 com referência à superação das desigualdades educacionais com especificação das identidades: “O texto aprovado pela Câmara (...) terá como ênfase a ‘promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual’” (1 FSP). A ‘conservadora’ corresponde à aprovação dos PE’s excluindo as temáticas: “Pressionados pelas bancadas religiosas e com respaldo das igrejas evangélicas e católica, deputados de ao menos oito Estados retiraram dos [PEE’s] (...) referências [às temáticas]” (10 FSP). As avaliações ‘progressistas’ estão mais presentes na Gazeta, pois a maioria de seus resultados é anterior à votação dos PE’s, enquanto os da Folha estão concentrados após este período.

242 Nas avaliações ‘conservadoras’ destacamos como elas se estenderam a outros mecanismos legais que já continham as temáticas em São Paulo e Campinas: “Foram tiradas menções a um artigo da Lei Orgânica do Município - que fala em ‘educação igualitária, desenvolvendo espírito crítico em relação a estereótipos sexuais, raciais e sociais’ - e ao [PNDH] (...), que tem diretrizes para a igualdade de gênero (20 FSP) e “Pela proposta, do vereador Campos Filho (DEM), ligado à Igreja Católica, não será objeto de deliberação qualquer proposição de regulamentação de políticas de ensino, currículo escolar (...) que tendam a aplicar a ‘ideologia de gênero’, o termo gênero ou orientação sexual (11 FSP). Estas decisões também associam os debates nos planos a outras decisões do governo e são influenciadas e expressas por setores religiosos: “[Dilma] vetou o chamado ‘kit gay’ [do MEC] (...) o

mesa” (28 GP); “É uma olímpica banana às regras do jogo democrático. (...) o pretenso respeito à democracia é só jogo de cena (...) Trata-se, sem dúvida, de uma violência arbitrária do Estado” (15 GP); “Para educadores, termo ‘gênero’ desvia atenção do Plano (...) esperam que os deputados concentrem as discussões nas melhorias das metas educacionais” (25 GP); “se os sexos estão destinados a desaparecer, então, deverão desaparecer também todas proibições sexuais (...) O que grupos de pressão pretendem incluir (...) não é a discussão da ‘ideologia de gênero’ nas escolas, mas, sim, a sua imposição (...) A educação verdadeira exige uma imparcialidade ideológica” (9 FSP); “É proibido ser contra tais teorias? (...) [Não, tanto que] o Congresso Nacional retirou do (...) [PNE] a referência a essas teorias, justamente por serem muito controversas” (12 GP); “Gilson de Souza (PSC), que tachou de ‘incentivo ao homossexualismo’ a política de gênero presente no projeto do Plano” (37 GP); “Homossexualismo é perversão’ (...) ‘Somos família, não ao gênero’, ‘gênero é armadilha para a pedofilia’” (18 FSP).

Ministério da Saúde suspendeu a distribuição de histórias em quadrinho sobre educação sexual, (...) em parceria com a Unesco. (...) a bancada religiosa também vem obtendo vitória no Congresso com o texto do PNE (...) que não faz menção à promoção da igualdade de gênero” (4 FSP).

Estes dados e a análise dos conteúdos dos jornais mostram que a questão mais marcante nos *frames* normativos é a utilização exacerbada de características das dimensões discursiva e performativa do poder. Na discursiva ressaltamos o uso de argumentos religiosos para dar o *status* de que suas reivindicações são ‘naturais’, constituindo e institucionalizando nos discursos a heteronormatividade. Questão presumida em pessoas e instituições religiosas, mas que também é a mais utilizada por políticos ‘contrários’. Estratégia verificada também nos elementos performativos, em que expressões e argumentos são repetidos em diversas falas, espaços e argumentos demonstrando a busca por legitimidade discursiva envolta na padronização de conceitos e símbolos construídos contra as temáticas.

243

Estas posturas e ações performativas também geram o efeito estratégico de demarcar uma fronteira utilizando em suas falas, políticas e religiosas, o argumento de que estas temáticas são de âmbito privado. Afirmam que a prioridade sobre estas questões ‘morais’ é da família e não devem ser tratadas pelo Estado, sendo a sugestão de sua inclusão pelo governo um “espasmo de obscurantismo totalitário, querem impor à sociedade um único modo de pensar, de ver e de sentir. Não cabe ao governo, contra a vontade da maioria da população, formatar a cabeça das crianças brasileiras” (15 GP). Nesta fronteira, o ‘nós’ é formado por defensores da família heterossexual e da ‘continuação’ da humanidade, pois debater estes temas é ser a favor de “uma ideologia que destrói os fundamentos do direito natural. A diferença sexual é a origem da humanidade e a reprodução humana ocorre devido a essa diferenciação” (9 FSP). A forma como utilizam os conceitos de participação e democracia também é interessante, pois afirmam que é um ‘desrespeito à democracia representativa’ que os PE’s incluam o debate das temáticas que foram excluídas no PNE pelo Congresso. Isto mostra uma inversão e suposta ‘confusão’ de conceitos, pois os textos construídos nas CONAE’s agregaram diferentes participações envolvendo em torno de 2% da população (CONAE, 2013) enquanto o Congresso é composto por 513 deputados.

Outro destaque é para a espetacularização das ações e discursos ao criar o ‘monstro’ da ‘ideologia de gênero’ (JUNQUEIRA, 2016) gerando um ‘pânico moral’ sobre as temáticas. Percebida nas falas que dizem que estes debates são “uma praga que veio do marxismo, passa pelo feminismo e visa destruir a família tal qual nós a conhecemos” (10 FSP), é ‘demoníaca’ e “declara ilícita a possibilidade de discernir sobre valores e desvalores na sexualidade” (3 GP), sendo “a abertura de um perigoso caminho para a legitimação da pedofilia” (15 GP). A aposta na criação do ‘pânico moral’ na sociedade, limita as possibilidades de diálogo e discussão, sendo o sintagma uma ‘fórmula discursiva’ que cristaliza questões políticas e sociais na polêmica das temáticas (TEIXEIRA, 2014).

244 Entretanto, *frames* progressistas também se fizeram presentes, fornecendo uma amostra das disputas presentes na sociedade brasileira atual, organizados, em sua maioria, em discursos de denúncia das dominações e hegemonia reproduzidas por personagens contrárias. Aqui a ideia de *frame* como algo ativo é percebida nas resistências apresentadas por pessoas e agentes na defesa contra a ‘guerra de discursos’ criada pelo sintagma ‘ideologia de gênero’. Ao utilizar maior diversidade de argumentos e dados sobre a importância das questões de gênero e DS, busca-se debater a relação dialética entre concepção de sociedade e educação. As polêmicas sobre as temáticas nos PE’s reforçam que “Privilegiar um tipo de conhecimento (...) Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder (...) teorias do currículo estão ativamente envolvidas na atividade de garantir consenso, de obter hegemonia” (SILVA, 2010, p. 16).

O argumento frequente nestes *frames* está relacionado à educação e combate à violência, como políticas que devem ser assumidas pelo Estado. A busca é de que a invisibilidade imposta pela privacidade das identidades dissonantes seja revertida em questão pública como parte essencial de uma esfera pública democrática. Assim como a necessidade das escolas e profissionais da educação estarem preparadas para esta realidade, como forma de promoção do respeito as diferenças, à multiplicidade de identidades e combate ao preconceito. “O que uma criança e um adolescente aprendem quando uma escola ensina gênero é a prática efetiva da igualdade” (21 FSP). Nestas relações de poder em busca de

reconhecimento um dos maiores confrontos é expresso nos discursos que apontam o caráter histórico e cultural do gênero como contraponto às afirmações biológicas mobilizadas pelas pessoas contrárias com estudos da genética e determinadas linhas da psicologia que renegam a realidade da pluralidade existente na sociedade, identificada no ambiente escolar como um dos motivos de preconceito.

Ao se excluir o debate, limita-se também a prática da crítica e o fornecimento de “uma compreensão histórica mais adequada, (...) uma explicação alternativa da normatividade, baseada menos em julgamentos preconcebidos do que em tipos de conclusões avaliadoras comparativas que podem ser alcançadas” (BUTLER, 2016, p. 214). Isto impacta a possibilidade de expandir as normas democráticas existentes para que se tornem mais inclusivas (BUTLER, 2016), reforça a ideologia e as diferenças que reproduzem as relações sociais em uma sociedade dividida em classes.

245 Por fim, constatamos que as disputas discursivas veiculadas na cobertura destes periódicos privilegiaram a visão dos grupos contrários às temáticas a partir do uso de determinadas saliências, mas, com diferenças entre os jornais. Na mesma medida em que a Folha apresentou mais produções enquadradas como progressistas do que a Gazeta, os dois jornais apresentaram mais produções nos enquadres político normativo, do que no político progressista, e mais personagens e agentes políticos ‘contrários’ à permanência das temáticas na escola. O que nos faz inferir que, ao privilegiar personagens políticos contrários os jornais não apenas ofereceram formas de se visualizar as disputas discursivas, como deram destaque e visibilidade que legitima esta posição. Assim como, por outro lado, demonstram a potencialidade das controvérsias noticiadas como ‘evento notório’ que geram novos enquadramentos do ‘jogo democrático’. Questão significativa quando pensamos os *frames* como construções interativas fruto das disputas na sociedade, expostas em apropriações e ressignificações ou em resistências organizadas em grupos de pressão.

Conclusão

Após a análise dos dados, podemos afirmar que os jornais corresponderam a postura dos seus leitores. A Folha de S.Paulo apresentou uma postura mais liberal

diante das disputas discursivas do que a Gazeta do Povo que foi mais conservadora. Esta constatação se dá pelo fato que as opiniões contrárias na Folha foram expressas apenas em textos de opiniões ou em falas de atores ‘contrários’, como expresso pela jornalista Paula Sperb: “A Folha leu a íntegra do relatório, mas não identificou nenhuma menção à chamada ‘ideologia de gênero’” (6 FSP). Diferente do observado na Gazeta, que além de oportunizar mais espaço para artigos, colunas e postagens em blogs do jornal ‘contrários às temáticas’, assumiu esta posição em dois editoriais. Os outros elementos analisados também respaldam esta conclusão ao verificarmos as escolhas dos periódicos. A Folha com postura aparentemente neutra sobre o assunto, em contraste da Gazeta com maior presença de elementos performativos contrários.

246

Ressaltamos que estes resultados se referem às escolhas epistemológicas feitas neste artigo como as consideradas por nós mais adequadas para nosso objeto e para identificar construções discursivas e as performances correspondentes que disputam espaço no social. Este trabalho aponta caminhos possíveis na verificação de disputas discursivas ao sugerir uma ferramenta metodológica, a Análise das Disputas Discursivas (ADD), e a possibilidade de ajustá-la de acordo com o objeto estudado. Em resumo, a ADD é a combinação da Análise de Conteúdo e a Análise de Enquadramento na perspectiva cultural para analisar os conflitos por hegemonia e as resistências contra hegemônicas, mobilizando a dimensão discursiva e performática do poder (SOUZA, 2016)¹³.

Consideramos que esta pesquisa apresenta resultados de um âmbito de investigação do objeto, mas que pode e deve ser evoluída em outros trabalhos. São necessárias maiores investigações sobre as relações intrínsecas entre a heteronormatividade, a perspectiva cristã e a política. Sobre como a heteronormatividade fornece argumentos de manutenção e perpetuação para a perspectiva cristã, e vice-versa, em uma relação simbiótica; e como estas têm encontrado na política representações de setores conservadores da sociedade, que ao se organizarem tem vencido não apenas esta como outras batalhas, dando provas de que o processo do Estado laico brasileiro tem sido uma falácia (OLIVEIRA, 2004). O poder da igreja, historicamente ligado ao Estado, que se faz cada vez mais presente

¹³ Para maiores informações sobre a ferramenta, ler: Souza (2017).

em cargos legislativos, tem reproduzido sua visão de mundo não apenas aos fiéis de suas igrejas, como tem expandido sua lógica a toda a sociedade, perpetuando as exclusões sociais e legitimando as desigualdades. Como no caso dos planos de educação que ao excluírem as questões de gênero e DS, também excluíram a população negra, quilombola, indígena, pessoas geograficamente excluídas, sujeitos privados de liberdade e em conflito com a lei, cidadãos em situação de risco e extrema pobreza, refugiados, migrantes, entre outros. Apontamos também a necessidade de se investigar mais a fundo os efeitos causados no mundo pelo sintagma 'ideologia de gênero'. Esse 'monstro' e o 'pânico moral' criado por ele tem sido utilizado na justificativa de projetos e outros instrumentos legais pensados na lógica de legitimação da exclusão. Como o Projeto Escola sem Partido, que relaciona as questões de gênero e DS como uma 'ideologia' que assim como outras questões políticas devem ser banidas do âmbito escolar.

247

Estas questões mostram a urgência de se pensar em uma nova conjuntura política feita através do debate contínuo com vários setores da sociedade e movimentos sociais organizados, para que possamos avançar no processo de construção de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e verdadeiramente democrática. Na qual a educação não sirva apenas para a reprodução econômica, mas para a elevação sociocultural como um processo fluido e mutável, de construção de pessoas autônomas, críticas e engajadas socialmente, através da interação e convivência com as diversas identidades e pluralidades da sociedade.

Por fim, acreditamos que o desvelamento e a inclusão destas temáticas na escola, mídia e na sociedade possibilitam a existência de novos enquadramentos, apropriações e ressignificações feitas nas 'batalhas' travadas na sociedade entre as visões hegemônicas e as resistências contra hegemônicas. Nesse exercício de democracia a luta por reconhecimento busca acabar com as 'espirais do silêncio' criadas pela ilusão da diferença, do outro, que hierarquiza a realidade social.

Referências

AMARO, I. (2016). "A escola no armário: o apagamento das relações de gênero e das sexualidades no PNE e nos Planos Municipais de Educação". *Anais do 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidades e do 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero – "O que temos feitos de nós?"*. Vitória: UFES.

ANJ. (2016). *Maiores jornais do Brasil*. Associação Nacional de Jornais. Disponível em <<https://goo.gl/RrwTqK>>. Acesso em 09 jun. 2016.

BARDIN, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, J. (2016). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução Sérgio T. N. Lamarão e Arnaldo M. Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed.

CHAPARRO, M. C. (2017). *Jornalismo não se divide em opinião e informação*. Disponível em <<https://goo.gl/x7v5mP>>. Acesso em 17 mar. 2017.

CONAE. (2013). *Conae 2014: documento - referência*. Brasília: MEC.

FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Coordenadora da tradução e revisão técnica Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FOLHA DE S.PAULO. (2007). "Leitor da Folha está no topo da pirâmide social brasileira". São Paulo: *Jornal Folha de S.Paulo*, 11 de novembro, 2007. Disponível em <<https://goo.gl/h4Fppj>>. Acesso em 22 mar. 2017.

248

JUNQUEIRA, R. D. (2016). "'Ideologia de gênero': uma categoria de mobilização política". In: SILVA, M. A. (org.). *Gênero e diversidade: debatendo identidades*. São Paulo: Perse, p. 229-245.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. (2008). "*Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual*". São Paulo: *Revista Psicologia Política*, vol. 8, nº 16, p. 307-324.

MARTINS, F. (2016) "Conservador e 'saudosista': prazer em conhecê-lo, sou o eleitor curitibano". Curitiba: *Jornal Gazeta do Povo*, 12 de agosto de 2016. Disponível em <<https://goo.gl/FukWuF>>. Acesso em 29 mar. 2017.

MELO, J. M. (1994). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A. (2007). "A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais". Campinas: *Opinião Pública*, vol. 13, nº 1, p. 97-123. Disponível em <<https://goo.gl/TvDlCC>>. Acesso em 22 mar. 2017.

OLIVEIRA, M. M. (2004). "As origens da Educação no Brasil: Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino". Rio de Janeiro: *Ensaio aval. pol. públ. Educ.*, vol. 12, nº 45, p. 945-958.

PORTO, M. P. (2002). "Enquadramentos da Mídia e Política". *Caxambu: XXVI Encontro Anual da ANPOCS*, sessão "Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa", GT "Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições".

REED, I. A. (2014). "Poder - dimensão relacional, discursiva e performática". *Revista Sociedade e Estado*, vol. 29, nº 2.

SILVA, I. B.; SILVA, E. F. "Aspectos históricos dos Planos Nacionais de Educação do Brasil: da década de 30 à de 80". *Holos*, ano 22, p. 19-25.

SILVA, T. T. (2010). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 3ª ed.

SOUSA, J. P. (2016). *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. Portugal: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <<https://goo.gl/jG59Yf>>. Acesso em 03 jul. 2016

SOUZA, J. I. L. (2017). *Disputas discursivas na mídia: a cobertura dos jornais Folha de São Paulo e Gazeta do Povo sobre gênero e diversidade sexual nos planos de educação*. Curitiba: UFPR, Dissertação em Ciência Política.

SOUZA, N. R. (2016). *Poder e Comunicação*. In: PERISSINOTTO, R.; LACERDA, G. B.; SZWAKO, J. (orgs.). *Curso livre de teoria política: normatividade e empiria*. Curitiba: Editora Appris.

249

SOUZA, S. D. (2014). "'Não à ideologia de gênero!' A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira". São Bernardo do Campo: *Estudos de Religião*, vol. 28, nº 2, p. 188-204.

TEIXEIRA, R. B. S. (2014). "O sintagma 'progressão continuada' sob a lupa da análise do discurso: um caso de fórmula discursiva?" Belo Horizonte: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, vol. 14, nº 1, p. 199-223.

TRAQUINA, N. (2005). *Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2ª ed.

VIMIEIRO, A. C. S. C. (2010). *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Belo Horizonte: UFMG, Dissertação em Comunicação Social.

ANEXO A – Produções jornalísticas que compõem o corpus

	Data	Título produção	Tipo	Link
1 FSP	19/03/2014	Polêmica sobre questão de gênero predomina em reunião sobre PNE	NT	link
2 FSP	22/04/2014	Comissão especial aprova texto base do plano nacional de educação	NT	link
3 FSP	06/05/2014	Comissão da Câmara aprova Plano Nacional de Educação	NT	link
4 FSP	25/05/2014	Unesco lança guia sobre sexo para educadores	NT	link
5 FSP	02/06/2015	Mônica Bergamo - 02/06/2015 - Ilustrada - Folha de S.Paulo	CL	link
6 FSP	11/06/2015	Sob pressão, Câmara de SP tira palavra 'gênero' de plano de educação	NT	link
7 FSP	12/06/2015	Bispos pedem 'valores da família' na educação	NT	link
8 FSP	18/06/2015	Ideologia de gênero' será desastrosa para crianças, afirma CNBB	NT	link
9 FSP	20/06/2015	Compromisso com a realidade	AR	link
10 FSP	25/06/2015	Por pressão, plano de educação de 8 Estados excluem 'ideologia de gênero'	NT	link
11 FSP	30/06/2015	Vereadores de Campinas (SP) aprovam emenda contra a discussão de...	NT	link
12 FSP	19/07/2015	Discussão sobre gênero volta à pauta da educação com nova diretriz	NT	link
13 FSP	11/08/2015	Plano de educação de SP é aprovado em 1ª votação sem questões de gênero	NT	link
14 FSP	11/08/2015	Contra votação do Plano de Educação, grupo protesta na Câmara de SP	NT	link
15 FSP	11/08/2015	Militantes fazem duelo entre músicas LGBT e Pai Nosso em frente à...	NT	link
16 FSP	12/08/2015	Laerte promove sessão de autógrafos e 'Batonzaço' no Cinesesc	NT	link
17 FSP	25/08/2015	Plano de educação de SP é aprovado na Câmara sem menções a DS	NT	link
18 FSP	25/08/2015	Religiosos e grupos LGBT de São Paulo disputam pontos do PE	NT	link
19 FSP	26/08/2015	Haddad não vetará Plano de Educação pela ausência da questão de gênero	NT	link
20 FSP	26/08/2015	Câmara aprova plano para a educação sem questões de gênero	NT	link
21 FSP	28/08/2015	Não quero falar sobre gênero	AR	link
22 FSP	10/09/2015	MEC cria comitê de gênero para acompanhar políticas da área	NT	link
23 FSP	14/09/2015	Um plano raso	AR	link
24 FSP	17/09/2015	Mal avaliado, ensino médio brasileiro poderá ter currículo flexível	NT	link
25 FSP	20/09/2015	Sem medo de fazer gênero	EM	link

	Data	Título produção	Tipo	Link
26 FSP	31/10/2015	Câmara de Campinas aprova moção de repúdio a citação na prova do Enem	NT	link
27 FSP	29/01/2016	Proibição de 'ideologia de gênero' pode levar PT a punir prefeito Luiz ...	CL	link
28 FSP	01/04/2016	Palmas proíbe discussão sobre ideologia de gênero em sala de aula	NT	link
29 FSP	15/06/2016	Assembleia Legislativa de SP aprova Plano Estadual de Educação	NT	link
GP				
1 GP	19/03/2014	Polêmica sobre questão de gênero predomina em reunião sobre PNE	NT	link
2 GP	02/04/2014	Não ao machismo cresce	NT	link
3 GP	07/04/2014	Educar para a verdade, não para a ideologia de gênero	AR	link
4 GP	07/04/2014	Por um Plano Nacional de Educação inclusivo	AR	link
5 GP	09/04/2014	Adiada análise do Plano de Educação	NT	link
6 GP	22/04/2014	Comissão da Câmara aprova texto-base do PNE	NT	link
7 GP	22/04/2014	Comissão especial aprova texto base do PNE	NT	link
8 GP	05/05/2014	Após definição prevista para hoje, PNE deve ir à plenário	NT	link
9 GP	06/05/2014	Após três anos, PNE é finalizado e vai par o plenário da Câmara	NT	link
10 GP	17/08/2014	Guerra dos sexos na hora da chamada	NT	link
11 GP	07/09/2014	A expulsão do corpo	AR	link
12 GP	20/11/2014	"O cristianismo é uma invenção de cérebros doentes"	AR	link
13 GP	10/12/2014	Alguma coisa se move na educação brasileira	AR	link
14 GP	27/12/2014	A blindagem da teoria de gênero	ED	link
15 GP	08/06/2015	Educação sexual compulsória	AR	link
16 GP	10/06/2015	Emenda tira trechos do plano de educação e causa polêmica	NT	link
17 GP	13/06/2015	O que é "ideologia de gênero"?	NT	link
18 GP	15/06/2015	Alep vota plano de educação que divide opiniões	NT	link
19 GP	16/06/2015	Plano de Educação está na pauta da Assembleia nesta quarta-feira (18)	NT	link
20 GP	16/06/2015	Dois entre 10 municípios do Paraná ainda não fizeram planos de educação	NT	link
21 GP	17/06/2015	Texto da "igualdade de gênero" deve ser rejeitado por 47 a 6 e vai ser...	BL	link
22 GP	17/06/2015	Ao invés de debater educação, Assembleia discute apenas gênero	BL	link
23 GP	17/06/2015	Paraná ainda não votou plano estadual de educação	NT	link
24 GP	18/06/2015	"Ideologia de gênero" será desastrosa para crianças, diz CNBB	NT	link
25 GP	20/06/2015	Para educadores, termo "gênero" desvia atenção do Plano Estadual de...	NT	link

	Data	Título produção	Tipo	Link
26 GP	20/06/2015	Debate de gênero foi distorcido	NT	link
27 GP	20/06/2015	Governo estadual tenta aprovar reajuste do funcionalismo	NT	link
28 GP	21/06/2015	Educação e teoria de gênero	ED	link
29 GP	21/06/2015	Bispo pede que católicos pressionem vereadores contra "ideologia de gên...	NT	link
30 GP	22/06/2015	Para OAB, Legislativo distorce conceito de gênero nos planos de educação	NT	link
31 GP	22/06/2015	Manifestações marcam discussão do Plano Municipal de Educação na...	NT	link
32 GP	22/06/2015	Deputados restringem investimento em educação no Paraná	NT	link
33 GP	22/06/2015	Educadores lamentam distorções feitas no Legislativo	NT	link
34 GP	23/06/2015	Ponta Grossa: Câmara retira termos como 'gênero' e 'diversidade' do PME	NT	link
35 GP	23/06/2015	Não estão fazendo gênero - a diversidade na educação	AR	link
36 GP	23/06/2015	Nem metade dos estados aprovaram seus planos de educação	NT	link
37 GP	23/06/2015	Vídeos proibidos na Assembleia Legislativa	NT	link
38 GP	27/06/2015	Crianças fazem caminhada em prol da família	NT	link
39 GP	08/07/2015	Governo quer antecipar currículo nacional de ensino, diz ministro	NT	link
40 GP	11/08/2015	Plano de educação de SP é aprovado em 1ª votação sem questões de gênero	NT	link
41 GP	11/08/2015	Militantes fazem duelo entre músicas LGBT e Pai Nosso em frente à...	NT	link
42 GP	25/08/2015	Plano de educação de SP é aprovado na Câmara sem menções a DS	NT	link
43 GP	26/08/2015	Haddad não vetará Plano de Educação pela ausência da questão de gênero	NT	link
44 GP	09/09/2015	Grupo protesta em SP contra seminário sobre identidade de gênero	NT	link
45 GP	10/09/2015	MEC cria comitê de gênero para acompanhar políticas da área	NT	link
46 GP	11/09/2015	Conselho orienta Estados e municípios a incluir 'gênero' nos planos de...	NT	link
47 GP	14/09/2015	Deputado paranaense elimina frase sobre 'igualdade de gênero'...	BL	link
48 GP	15/09/2015	ONGs alertam ONU sobre impacto do ajuste fiscal na educação	NT	link
49 GP	17/09/2015	Aluna cobra Haddad sobre debate de 'gênero' nas escolas	NT	link
50 GP	05/10/2015	Lugar de mulher é onde mesmo?	BL	link
51 GP	20/10/2015	ONU condena cortes de orçamento da educação no Brasil em relatório	NT	link

	Data	Título produção	Tipo	Link
52 GP	20/10/2015	Deputados paranaenses apresentam projeto contra "doutrinação" nas escolas	BL	link
53 GP	03/11/2015	Como seria a educação brasileira na visão (...) da bancada conservadora?	BL	link
54 GP	09/06/2016	A Índia é aqui	AR	link

Legenda tipo de produção: NT: notícia; AR: artigo; ED: editorial; BL: blog; CL: coluna; EN: entrevista.

Fonte: SOUZA, 2017.

Recebido em 1 de outubro de 2019
Aprovado em 17 de janeiro de 2020
<https://doi.org/10.31990/agenda.2020.1.8>

Discursive disputes on media: Coverage of Folha de S.Paulo and Gazeta do Povo newspapers on gender and sexual diversity in education plans

Disputas discursivas en los medios: la cobertura de los periódicos Folha de S.Paulo y Gazeta do Povo sobre género y diversidad sexual en los planes educativos

254

Abstract: The research analyzes the discursive disputes present in the journalistic coverage of the Folha de S.Paulo and Gazeta do Povo websites about gender and sexual diversity in the education plans. The main question is: How do newspaper websites framing demonstrate these institutions' position and the discursive disputes about these issues in the plans? To answer this question, we analyzed the content of the productions, as the basis for the framework analysis from the cultural perspective, which we call discursive disputes analysis. The results showed a sample of the current disputes in Brazilian society. It was found that even the newspaper contents expressing tensions between the mobilization of hegemonic discourses and new frames of resistance, privileged the opposite view to the inclusion of the issues in the plans, highlighting characters, agents and contrary political contexts.

Keywords: Discursive dispute; Genre; Sexual diversity; Education; Framework.

Resumen: La investigación analiza las disputas discursivas presentes en la cobertura de noticias de los sitios web Folha de S.Paulo y Gazeta do Povo sobre género y diversidad sexual en los planes educativos. La pregunta central es: ¿cómo los marcos en los sitios web de los periódicos connotan el posicionamiento de estas instituciones y las disputas discursivas con respecto a los temas en los planes? Para responderlo, hicimos el Análisis de Contenido de las producciones, como base para el Análisis de Encuadre en la perspectiva cultural, lo que llamamos Análisis de Disputas Discursivas. Los resultados proporcionaron una muestra de las disputas presentes en la sociedad brasileña actual. Se descubrió que incluso los contenidos de los periódicos que expresaban tensiones entre la movilización de discursos hegemónicos y nuevos marcos de resistencia, privilegiaban la visión contraria a la inclusión de los temas en los planes, destacando personajes, agentes y contextos políticos “contrarios”.

Palabras clave: Disputa Discursiva. Género. Diversidad Sexual. Educación. Encuadre.